



**NO OLHO DA RUA: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA
E ALGUMAS NOTAS SOBRE SOCIOESPACIALIDADE LÍQUIDA**

Roberto dos Santos da Silva¹

RESUMO: Versamos sobre crianças e adolescentes em *situação de rua* e sua relação com a rua. Visamos tratar do que conceituamos como socioespacialidade líquida e expandir tal reflexão a partir de ideias de Georg Simmel. O estudo de campo foi feito em Brasília, Porto Alegre e Fortaleza. Realizamos entrevistas junto a agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Empreendemos pesquisa bibliográfica e documental e grupos focais. Apresentamos classificações e categorias construídas sobre esse público, os números quanto a esse fenômeno e qual seria seu perfil. Buscamos construir de um lado uma imagem dos referidos sujeitos e desses espaços que os disputam: a casa, o acolhimento e a rua. Finalmente, refletimos a partir de Georg Simmel para pensar as possibilidades de relação entre a rua e nós, a partir do seu ensaio *A Ponte e a Porta*.

Palavras-chaves: crianças e adolescentes em situação de rua, rua, socioespacialidade líquida

**OUT ON THE STREETS: CHILDHOOD AND ADOLESCENCE IN
HOMELESSNESS, WITH REFLECTIONS ON LIQUID SOCIO-SPATIALITY**

ABSTRACT: We reflect on children and adolescents in homelessness and their relationship with the street. We intend to address what we conceptualize as liquid socio-spatiality and expand this reflection based on the ideas of Georg Simmel. The field study was carried out in Brasília, Porto Alegre and Fortaleza. We conducted interviews with agents from the Child and Adolescent Rights Guarantee System. We carry out bibliographical and documentary research and focus groups. We present classifications and categories on the subjects researched, the numbers referring to this phenomenon and the profile of the research protagonists. We seek to build an image of the subjects mentioned and the spaces that compete for them: the home, institutional reception

¹ Cientista social e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. robertosdasilva@gmail.com



programs and the street. Finally, we reflect on the relationship between the street and us, based on his essay *The Bridge and the Door* by Georg Simmel.

Keywords: children and adolescents in homelessness, street, liquid socio-spatiality

**EN EL OJO DE LA CALLE: LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA EN
SITUACIÓN DE CALLE Y ALGUNAS NOTAS SOBRE LA
SOCIOESPACIALIDAD LÍQUIDA**

RESUMEN: Reflexionamos sobre los niños y adolescentes en situación de calle y su relación con la calle. Pretendemos abordar lo que conceptualizamos como socioespacialidad líquida y ampliar esta reflexión a partir de las ideas de Georg Simmel. El estudio de campo se realizó en Brasilia, Porto Alegre y Fortaleza. Realizamos entrevistas a agentes del Sistema de Garantía de Derechos de la Niñez y la Adolescencia. Realizamos investigaciones bibliográficas, documentales y de grupos focales. Presentamos clasificaciones y categorías construidas sobre este público, los números referentes a este fenómeno y cuál sería su perfil. Por un lado, buscamos construir una imagen de los sujetos antes mencionados y de los espacios que compiten por ellos: la casa, las instituciones de acogida y la calle. Finalmente, reflexionamos con la ayuda de ideas de Georg Simmel para pensar las posibilidades de la relación entre la calle y nosotros, a partir de su ensayo *Puente y puerta*.

Palabras-clave: niños y adolescentes en situación de calle, calle, socioespacialidad líquida

1. Introdução:

Este artigo versa sobre crianças e adolescentes na dita *situação de rua* (CASR) e sobre sua relação com o espaço rua. O que se segue é fruto de parte da nossa tese de doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília em 2023, que abordou o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e o acolhimento institucional, com algumas atualizações de dados e incrementos na reflexão. O *telos* desta exposição é publicizar a análise que realizamos e uma conceituação que tecemos acerca desse objeto, a saber o construto socioespacialidade líquida.

O estudo que nos serviu de base partiu de uma pesquisa centrada em Brasília, Porto Alegre e, precipuamente, em Fortaleza, entre 2012 e 2019. Realizamos entrevistas



semiestruturadas via o recurso bola de neve (*snowball*) junto a educadores de acolhimento institucional, de rua, técnicos e dirigentes de instituições de acolhimento governamentais e não-governamentais, juízes e juízas da infância e juventude, dentre outros agentes do SGD.

Empreendemos ainda pesquisa bibliográfica e documental física e eletrônica junto a instituições do meio pesquisado e à produção acadêmica mais recente, grupos focais junto a educadores sociais e instrutores da área profissionalizante das referidas instituições e entrevistas junto a outros especialistas e a alguns adolescentes oriundos da referida situação. Ademais, nos debruçamos sobre essa temática desde 2003, fazendo uso desses e de outros meios de coleta.

Iniciaremos a exposição a seguir dedicando algumas linhas a historicização do nosso objeto, abordando *en passant* as concepções de *situação de rua*, de infância, bem como a história de abandono e formas de controle sobre a infância, em particular dos pobres. Em seguida, passaremos para uma caracterização das CASR com base na literatura especializada e em nossos próprios estudos, apresentando o que lhes torna particular, bem como as várias classificações e categorias construídas ao longo do tempo por diferentes segmentos sociais e as quantificações realizadas quanto a esse fenômeno e qual seria seu perfil com base nessas mesmas fontes.

O nosso fio expositivo então abordará as categorias família e casa, como estas se relacionam com a rua e com o acolhimento em instituições. Seguiremos então tematizando as instituições de acolhimento. Por fim, trataremos de como a rua é apropriada pelo imaginário e reflexão sociais a partir de alguns estudos, inclusive um que tenta sumarizar a produção acadêmica ao longo das décadas. Então apresentaremos uma contribuição para a reflexão sobre como esses sujeitos se apropriam de uma forma muito peculiar desse espaço.

O intuito de toda essa exposição é, *pari passu*, construir de um lado uma imagem dos referidos sujeitos e desses espaços que os disputam: a casa, o acolhimento e a rua. Isto feito, situaremos a indesejada rua na forma como esta é apropriada por essas crianças e jovens. Devido ao fato de dos três espaços citados, a rua ser o objeto deste trabalho, será ela o espaço social com maior destaque no que se segue. Finalmente, buscaremos uma reflexão de Georg Simmel para nos auxiliar a pensar as possibilidades de relação entre a



rua e nós, a partir da noção de porta, trabalhada pelo autor em seu ensaio *A Ponte e a Porta*.

Adentrando nas categorias

A *situação de rua* é uma das chamadas situações de vulnerabilidade social. Mas este termo é uma expressão moderna para tratar de situações que não são exclusividade de nossa formação social contemporânea. No que se refere ao público-alvo deste artigo, a história do abandono, violências e controle social aos quais se submeteu a infância, particularmente dos pobres remonta à Antiguidade. Abreu (2002) retrata como há muitos séculos a adoção já era objeto de códigos legais. Conforme R. A. O. Silva, (2013), os seus primeiros registros veem do período Pré-Romano, como bem o demonstra o Código de Hammurabi. Contudo, nos ateremos ao período que se inicia com a chamada modernidade.

Phillipe Ariès (1986) relata que em séculos anteriores as crianças europeias aos sete anos já ingressavam no mundo do trabalho. Não havia sistema escolar obrigatório. Priore (2015) demonstra que isto se deu aqui no Brasil até o estabelecimento das aulas régias, em 1772, havendo até então somente a educação catequética jesuítica. Com o passar dos séculos houve um processo de mudança na sensibilidade social que se traduziu em transformações no que tangem a preocupações, limites e distinções entre crianças, adolescentes e adultos como documentam Ariès (1986), Norbert Elias (1994), Richard Sennet (1998), dentre outros. Tais atribuições foram tecidas paulatinamente e foi assim emergindo a infância como a conhecemos, como uma construção sócio-histórica relativamente recente. Mas esta é uma concepção entre outras sobre esse tema. Estamos falando da noção dominante, que serve como referência em nossa sociedade, ao que indica a legislação e o posicionamento dos saberes especializados, como as ciências sociais, Psicologia, Assistência Social dentre outras vozes. Mas não necessariamente isso a torna a concepção que a maioria das pessoas consciente ou inconscientemente possuem ou a única propalada amplamente por agentes sociais, como buscaremos demonstrar. *Dominante* aqui é utilizado por essa noção ter caráter de oficial, legal, de ideal a ser seguido.



Os conceitos modernos de infância e adolescência que resultaram desse processo se inserem no contexto mais amplo de uma escalada de conquistas de direitos que marca a construção da vida moderna. Mas em meio a esse processo, crianças e adolescentes tiveram como marcas de sua constituição como categorias históricas a manutenção de sua presença no mundo do trabalho posta em novos termos. Bem como esses mesmos foram objetos da caridade, de repressão, de assistência e de uma extensa gama de intervenções de apoio e ou controle social, frequentemente no sentido de contenção do potencial ou manifesto desvio que representavam, todos esses fenômenos em suas formas hodiernas ligados ao desenrolar das revoluções urbana e industrial.

2. Quem são os meninos e meninas em situação de rua

Breves linhas sobre sua constituição histórica e social

A categoria crianças e adolescentes em *situação de rua* (CASR) (BRASIL, 2016 [2021]) pode incluir órfãos, crianças e adolescentes abandonados, vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, ou rejeitados por padrasto e por conseguinte, pela mãe. Outros foram ameaçados pelo tráfico em sua comunidade, ou por policiais, ou sobreviveram a uma chacina. Alguns foram ou são vítimas de exploração de trabalho, por vezes sexuais ou de tráfico de pessoas. Ou passaram por falta de condições básicas dos pais para assegurar o seu sustento, chegando a viver parcial ou integralmente na rua. Alguns podem ter cometido ato infracional.

As CASR têm por característica marcante serem nômades da cidade, nômades urbanos. Alternam sua passagem pela díade casa-rua, podendo expandir esta para a triangulação *casa-rua-instituições*. A *rua* será muitas vezes da própria comunidade, *região central* da cidade, *bairros nobres*, proximidades desses, bairros periféricos e diversos outros pontos da urbe. A *casa*, como veremos não será sempre a da sua família nuclear, podendo incluir a circulação dessas crianças por casas de vizinhos e parentes. Entre as *instituições* figuram albergues, instituições de acolhimento (*IAs*) ou serviços de acolhimento institucional (SAI), como também são conhecidos, os vulgos *abrigo*s, e unidades de cumprimento de medida socioeducativa restritiva de liberdade (privação de liberdade e semiliberdade, para usar o jargão técnico da área). Abordaremos um a um



desses espaços² mais adiante depois de termos aqui devidamente feito a caracterização de nosso público.

Apesar de ser um dentre vários perfis de crianças e adolescentes *em situação de vulnerabilidade social*, as CASR, ao se inserirem nesse grupo mais amorfo, foram junto com todo esse segmento ou parcelas dele, alvo de diferentes categorizações ao longo do tempo, bem como se alternou muito as denominações dadas às instituições de atendimento a esse grupo geral. Desfilou pela nossa história uma grande sucessão e ora mesmo concomitância e justaposição de novas classificações para essa clientela. E junto a elas também despontaram novas abordagens do problema, que foram se mesclando como ondas históricas, como chamamos.

Nossa formulação de ondas históricas cumpre outra função além de servir como tipificações que buscam organizar essas intervenções por períodos. Em vez de chamar a atenção para suas características gerais e mais marcantes, o que é muito útil, intentamos com esse termo, chamar a atenção para outro aspecto dessas ações: os elementos que constituem seu conjunto e que se repetem no tempo em diferentes combinações. Ao percebê-los não nos incitam uma leitura evolutiva, não que este elemento não exista, mas chama nossa atenção para a sua capacidade enquanto processo de não descartar completamente muitos dos elementos que constituíram suas configurações anteriores, de não haver autoexclusões. Ao contrário, percebemos que as políticas de atendimento a esse segmento realizam constantes recombinações de mesmos elementos (também com novos que vão surgindo como socioeconomia solidária, redução de danos, arte educação, educação social, participação do assistido nas discussões, etc) em diferentes conjunturas, mesmo que se mude o discurso ou o olhar, numa articulação do velho e do novo, quando muitas vezes parte do que pode parecer novo não é novidade à luz da história.

Assim tivemos em nossa história, entre muitas outras categorias para classificar esse público, o termo *menor vadio, menor delinquente, menor abandonado, menor carente, até os meninos de rua e jovens infratores e em situação de risco* de nossos tempos. Dentre essas classificações encontram-se categorias mais gerais que podiam

² No caso do espaço das instituições, centraremos nas IAs.



abrangem diversas situações e no transcorrer dessas políticas de atendimento a que mais vingou até os nossos dias é certamente a categoria *de menor*.

A categoria *menor* – muitas vezes disfarçada pelo acréscimo do *-de* lhe precedendo (*de menor*) – traz consigo desde o início do século XX uma carga pejorativa de associar aquele a que se refere o termo com a pobreza e vincular essa ao abandono, à marginalização, à prática infracional, ao risco à segurança das demais “pessoas de bem” e à ordem. *Menor* não significa simplesmente “menor de idade” ou o mesmo que criança ou adolescente. Um exemplo ilustrativo na história brasileira nos leva ao ano de 1940, quando o Governo Vargas cria o Departamento Nacional da Criança (DNCR) dentro do Ministério da Educação e Saúde e no ano seguinte funda o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Demonstrava-se ali que criança e *menor* não são o mesmo sujeito. O *menor* tem classe social certa e é entendido como um ser desviante das normas vigentes que pede cuidados especiais. Um educador social de Fortaleza uma vez, exemplificando isso, citou um título de uma manchete de jornal que tinha a chamada “Menor agride criança”.

Dos tempos do uso da definição de “classes perigosas” para as camadas marginalizadas da população no início do século XX até hoje, houve uma mudança conceitual no vocabulário do legislador e do gestor, cedendo a pressões para se evitar a desqualificação da clientela atendida. A estigmatização foi marca não apenas de uma longa tradição de rotular o público-alvo das políticas assistenciais, mas também signo da passagem deste pelas instituições de atendimento. A partir do momento em que passa a existir uma política nacional, centralizada e pretensamente uniforme por parte do Estado, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1941, aparece esse fenômeno de atribuição de uma marca institucional na construção identitária e na imagem dos atendidos – como filmes como *Querô* mostram. Esse estigma parece ter suas bases em muitos fatores, entre eles: na forma como a nascente sociedade burguesa “demonizou” e criminalizou a pobreza. Não se pode negligenciar o papel da imprensa da época, que aparece como partícipe da construção de estereótipos para esse público, ligando-o ao desvio, ao desajuste social e à ideia de periculosidade³.

³ Irene e Irma Rizzini (2004) mostram que esta última noção surge como categoria presente no segundo Código de Menores do país.



Caracterização

Acerca da caracterização dos sujeitos reais que constituem o grupo em tela, o estudo mais recente e de amplo escopo foi realizado em 2017, pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua. O *Relatório Final do Projeto Conhecer para Cuidar - Levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional como medida protetiva à situação de rua*, realizado pela Associação Beneficente O Pequeno Nazareno e pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio), coordenado por Irene Rizzini, cobriu 17 cidades com mais de 1 milhão de habitantes (Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, 2017).

Essa pesquisa levantou que do universo pesquisado 85% daqueles que se encontravam nas ruas se declararam negros e pardos e 15% como pertencentes de outros grupos étnico-raciais e 89% dos acolhidos em IAs se definiram como negros e pardos e 11% como sendo de outros grupos. 58% daqueles que estavam nas ruas afirmaram frequentar a escola, enquanto 42% disseram não estar frequentando. Dos que estavam em acolhimento, 66% estavam frequentando, já 34% não. Dos que se encontravam nas ruas, 72% disseram ter alguma atividade remunerada de subsistência, outros 17% disseram não possuir. Dos acolhidos, apenas 17% responderam exercer alguma atividade do tipo e 83% não fazê-lo.

Dos dados apresentados acima, chama-nos a atenção que o acolhimento denota exercer papel de redução da inserção de CASR em atividades de subsistência, cumprindo papel protetivo na medida que supre por outros meios essa propensão, ao assegurar a presença na escola e em outras atividades e ao atender as necessidades básicas. Mas as IAs também afastam seus acolhidos de suas famílias, o que pode ser indicador de importante fator dessa inserção precoce deles em atividades laborais. Outro ponto chamativo é a presença alta de crianças e adolescentes em *situação de rua* na escola, o que pode apontar para uma efetividade da ação orientadora e indutora – por meio de benefícios e cobrança de contrapartida - dos programas e serviços assistenciais para garantir a inclusão escolar desse público, que, todavia, não os tirou da *situação de rua*.



Entre os principais motivos para não estarem em casa, dos que estavam nas ruas, 28% apontaram a sujeição à exploração na forma de trabalho, ameaça ou cooptação por parte do tráfico de drogas ilícitas e ou situação de mendicância. 24% indicaram a busca por liberdade e ou diversão, o que nos remete a falta de opções de acesso à cultura, esporte e lazer, além da demanda desses grupos etários por se desenvolverem livres de ambientes que lhes pareçam opressivos. 20% citaram ainda conflitos familiares e 28% mencionaram outros motivos. Daqueles no acolhimento, 44% indicaram conflitos familiares, 27% a sujeição à exploração no trabalho, ameaça ou cooptação pelo tráfico e ou situação de mendicância. 21% falaram da busca por liberdade ou diversão e 8% alegaram outras razões.

Para metade (50%) dos que se encontravam nas ruas, o principal agente de violação de direitos eram os agentes da segurança pública, enquanto para 61% dos em acolhimento eram seus familiares e responsáveis. Mais uma vez o acolhimento aparece como meio protetor a perigos trazidos pela situação de rua, ao livrar CASR da violência policial. Esta, inclusive, figura como o tipo de perigo oferecido por se estar na rua pela fala de 48% dos pesquisados, ficando atrás apenas da violência, apontada por 63%, mais vaga, que nossos próprios estudos sugerem incluir agentes privados de segurança, transeuntes, outros moradores de rua e marginalizados.

Conceituação e classificação desses sujeitos

Em meados de 2015, o CONANDA cria um Grupo de Trabalho composto por representantes do próprio conselho, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Comitê Intersetorial de Avaliação e Monitoramento da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (CIAMP/RUA), do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segundo Resolução Conjunta CNAS e CONANDA n.º 01 de 15 de dezembro de 2016, é definido “[...] o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6. no item 4, do capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil,



2016 [2021]), que trata de delinear o acolhimento específico para criança e adolescente em situação de rua.

Essa conceituação para esse segmento em vivência de rua teve como subsídios os conceitos trabalhados pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua de 2008, pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua em 2010 e pelo Comitê Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua no ano de 2014. Assim a referida resolução define criança e adolescente em situação de rua, que passa também a ter a sigla CASR, como

sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros

(BRASIL, 2016, p.1)

Essa definição é o corolário de décadas de formulação acadêmica e pela militância de movimentos sociais, que conjugou olhares de gênero, de orientação sexual, etnia/raça, diversidade religiosa, questão de territorialidade, geracional e da heterogeneidade do público alvo, de suas situações, fatores que o levaram a tal situação, e das condições de suas famílias para engendrar uma proposta definitiva, pelo menos para a política oficial. Se não é certo que ela possa assegurar o esgotamento dessa delimitação conceitual pela própria dinâmica a que o fenômeno das CASR está submetido, como todos os fenômenos históricos, que é da sua permanente mudança, pelo menos pode apontar de forma consensual para a complexidade que tal objeto (sujeito) manifesta no momento de afirmação de políticas específicas para ele.

Contudo, atualmente não se vê mais numerosos grupos de crianças e adolescentes em situação de rua com a mesma frequência de antes – nos referimos a cerca de menos de dez anos atrás. Quando da conclusão desta pesquisa estava mais difícil vê-las nos sinais como antes, apesar de ainda acontecer, de serem vistas vendendo balas, propondo limpar os para-brisas dos carros por um trocado, jogando malabares ou simplesmente pedindo



dinheiro. Vemos artistas de rua, supostas pessoas com deficiência com seus recadinhos manuscritos ou digitados, ou adultos vendendo produtos, cantando ou tocando instrumentos ou contando uma história de doença sua ou de parente, ou pedindo uma “intera⁴” para voltar para casa, comprar remédio ou outro tipo de droga como cachaça mesmo, em metrô, rodoviárias, ônibus. Poucas vezes esses sujeitos são crianças, e quando as vemos, são sempre as mesmas, sozinhas, ou juntas se são irmãos, mas mesmo assim poucas. Em alguns casos imagina-se ou se vê que há um adulto por perto, vigiando a uma certa distância, quando não se trata de criança de colo, nos braços de um adulto que é quem está como pedinte ou estando ela (s) apenas presente (s) na sua narrativa como razão de estar mendigando. Não vemos mais muitas CASR, e em grupos, e quando mais os vemos, é num grupo familiar ou com um adulto na mesma situação de rua.

O que descrevemos como a mudança desse panorama se deu pela observação especificamente das cidades de Brasília, Belo Horizonte, Ceilândia, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre e Taguatinga. Mas é confirmada por representantes da rede em âmbito nacional e por pesquisados dos cenários citadinos que compôs nossa amostra de aprofundamento, a cidade de Fortaleza. Todavia, acreditamos que com a crise econômica que se abateu sobre o país desde 2014 e com o recuo dos investimentos em políticas sociais, verificado desde 2017, por parte do governo federal, mas também no âmbito de alguns cenários citadinos, temos motivos para crer que a situação clássica de crianças e adolescentes nas ruas pode voltar a aparecer, mesmo que não se trate da de outrora em todas as suas nuances.

3. Notas para uma Sociologia do espaço

3.1. A casa

As famílias de crianças e adolescentes que param nas ruas, na ausência de proteção efetiva do Estado, e pouquíssimo providas de meios para assegurarem sua existência por meio do Mercado, se servem do que lhes resta, de sua rede social de apoio, família extensa

⁴

Gíria para dinheiro que deve completar uma soma para determinado fim.



e vizinhos, que em parte complementam essa família como sendo parentes afetivos não consanguíneos, como comenta uma assistente social de uma instituição de acolhimento de Brasília escutada por nós. Alguns grupos de parentes se servirão da rede socioassistencial e do SGD como mais um dos mecanismos de amparo dentro de suas estratégias de sobrevivência.

Essa lógica pode estar inserida num movimento mais amplo que é a circulação de crianças de que trata Suzanne Lallemand (1993), que é a passagem de crianças de uma família para outra, que pode ser de forma temporária ou definitiva. Neste caso, no lugar de outra família entram instituições voltadas a crianças e adolescentes, como Fonseca (2002) relata em estudo envolvendo Porto Alegre e como apontam nossos estudos nessa cidade e em Fortaleza (SILVA, R. S., 2023). Tal circulação de crianças pode ser uma manifestação de estratégias de criação dos filhos presentes em vários tempos e sociedades com variações conforme as particularidades de cada realidade específica. Mas entre os pobres de nossa sociedade pode estar sendo considerada basicamente como casos de negligência no que seria mais um capítulo da culpabilização das famílias, como desresponsabilização em relação a seus filhos. Da mesma forma diferentes arranjos familiares podem estar sendo interpretados como famílias desestruturadas: famílias não matrimoniais, com transgêneros, monoparentais, etc. Isto não exclui elementos de fragilização do grupo familiar que estão presentes e afetam esse segmento, tais como a autodesresponsabilização por parte de genitores do sexo masculino, a gravidez não planejada e precoce, sem acompanhamento, desprotegida, na precariedade material, os problemas de dependência química, de saúde mental, violações de direitos, ambiente de risco e insalubre, exposição a grupos delitivos, miséria, insegurança alimentar, invisibilização social, dentre outros.

A casa desses meninos e meninas muitas vezes são ocupações, ou estão em áreas de risco, em comunidades empobrecidas, controladas pelo crime organizado. Frequentemente são lugares apertados, sem separação entre onde dormem as crianças e os adultos, em áreas sem equipamentos públicos estatais ou comunitários. A falta de alternativas de ter onde deixar seus filhos sob cuidados, enquanto os adultos buscam o sustento da família, como creches ou escolas em tempo integral, contribuem para que



essas crianças e adolescentes tornem a rua uma extensão da sua casa, assim, muitas vezes, o fazendo com toda a cidade.

Em tal circulação de crianças, consideramos que por vezes as fragilidades dessas redes deixam furos pelos quais essas crianças e adolescentes vão cada vez mais se apropriando da rua e trazendo-a para a constituição de sua dinâmica de mobilidade socioespacial. Nesse espaço elas vão criar laços afetivos, conseguir amigos, quando não o faz com familiares como irmãos e responsáveis, seja como trabalhadores da rua ou como moradores de rua. Não obstante, na rua se expõem a uma série de riscos e violações de direitos. O retorno à casa, muitas vezes mediado pelo SGD, particularmente por serviços de acolhimento, não significa um rompimento com a rua, para a qual muitos desses meninos e meninas retornam, seja evadindo de seus lares ou do acolhimento.

O estudo que nos serve de base nos apontou que em muitos cenários citadinos, como Fortaleza e Brasília, a *situação de rua* infantojuvenil passou a ser caracterizada principalmente pelo ingresso da família inteira na situação de moradia na rua ou por exploração econômica de seus filhos tornando-os trabalhadores na rua.

3.2. Acolhimento institucional

Conforme o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (Assis; Farias, 2013), em 2013, existiam então 2.624 equipamentos desse tipo espalhados pelo país, entre entidades governamentais e não governamentais. Também existem aquelas que mesclam essas matrizes no que conceituamos como acolhimento intermatricial (Silva, R. S., 2007; 2011). O público alvo dessas instituições é composto em alguns casos por crianças e adolescentes categorizados como estando em *situação de risco* ou em *situação de vulnerabilidade* e em outros por públicos específicos, como vítimas de tráfico de seres humanos, em *situação de rua*, jovens maiores de dezoito, que são as Repúblicas, para idosos e para adultos que por *n* razões necessitem de assistência.

No caso de crianças e adolescentes, os SAI abrangem o conjunto de perfis arrolados acima. Como estas entidades podem ser especializadas em algum desses perfis ou atender a sua generalidade, as dividimos em IAs de atendimento generalista ou



especializadas, mas como constatamos em estudo nacional, pouquíssimas eram as que se dedicavam especificamente a CASR. Uma das razões para esse fato, conforme apuramos, deve-se ao fato de que esse perfil de acolhido, como citado acima, tende a evadir da instituição para a rua. Não somente isso é comum, como também influenciaram outros atendidos a também evadirem. Para além disso, existe interpretações de que a lei indica que se deve oferecer um atendimento a todos os perfis e não somente a um específico, que não se deve escolher quem se quer atender.

Por isso, e para amenizar a vontade de evadir, algumas instituições como a Casa das Meninas, SAI da Prefeitura de Fortaleza, como observamos na década de 2000, compreendia dentro de sua rotina diária o momento da “calçada”, à noite, quando educadores e as acolhidas ficavam uma ou duas horas do lado de fora da instituição e estas interagiam com meninos da comunidade. Era o momento, para além das saídas para atendimentos de saúde, passeios e escola, em que as assistidas podiam ter o que alcunhamos como *banho de rua*.

3.3. Rua: apropriações e ocupações fluídas ou como tecer uma socioespacialidade líquida

Polissemia e unidade de uma noção

A palavra rua vem da palavra latina ruga, que se referia a sulco, caminho. No dicionário, são atribuídos a este verbete, rua, os seguintes sentidos: ruga, sulco, caminho, [...] via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas, [...] qualquer logradouro público ou outro lugar que não seja residência, local de trabalho, ralé, plebe, [...] espaço entre as filas de qualquer plantação (Ferreira, 1986).

Já no Dicionário Escolar da Língua Portuguesa aparece como

s. f. Caminho de casas, muros ou árvores, numa povoação; casas que ladeiam esse caminho; habitantes dessas casas; a plebe; o espaço compreendido entre as filas de qualquer plantação; interj. exprime despedida violenta'.(MEC, 1976, p. 1010)

Como pode se ver, existe uma rua tanto na cidade, quanto no campo. Na cidade este espaço ganha relevo: a rua cinde o urbano, abre e traça nele seus caminhos, demarca



espaços e se torna meio de referenciamento para os cidadãos. Mas faz mais que isso, como estamos vendo aqui, nela muitas personagens não apenas transitam, mas vivem, e morrem, constroem laços e desfecham rupturas. Adotamos aqui a definição de Frehse sobre a rua, que para a autora remete,

de um lado, à existência física de ruas e logradouros de acesso legal irrestrito, em povoamentos humanos socialmente concebidos como “cidades”: respectivamente vias e suas variações (os chamados becos, ladeiras, avenidas) localizadas entre edificações, e alargamentos dessas mesmas vias (os chamados largos e praças). De outro lado, “rua” alude a modos socialmente precisos de conceber a vida social.(Frehse, 2013, p. 100)

Fraya Frehse parte de um tipo de interpretação acerca do espaço rua no Brasil que deriva do confrontação investigativa dos autores com a empiria, posto que ela fez observação de campo. Como a autora mesma frisa, busca traçar um diálogo entre sua observação e estudos com a vasta tradição, que ela mesmo inventaria, e o acúmulo das ciências sociais sobre o assunto. E assim, buscamos adotar esta linha para erigir uma ponte entre nossos estudos com a mesma tradição, na qual a autora também se inclui. Como a empiria se torna um contraponto à produção acadêmica, tomaremos o imaginário social e suas produções acerca da rua ou e dos sujeitos que a ela são associados e que aqui nos interessam, em parte já efetuado nas linhas precedentes a esta seção, bem como faremos uso dos dados de nossa observação.

A rua cantada pelo universo das letras

Ao perscrutar as raízes históricas da apreensão social da rua, Silva (2007, p. 90) lembra que esta foi retratada no Ocidente pela literatura do século XIX, como o espaço das convulsões sociais, da massa de rostos anônimos que passa, de um abandono contrastante com a proteção da casa. Podemos citar entre outros, Baudelaire, Dickens, Dostoievski, Gogol, Goethe, Pushkin e Victor Hugo, como intérpretes das ruas de seu tempo, abordando temas como a exploração do proletariado, o crescimento e insalubridade das cidades, o trabalho infantil, a desigualdade social, o crime, a violência e a crítica à burguesia. Marshall Berman, em sua obra ensaística *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, explora exatamente essa questão da literatura, retratando a rua como



veio de uma busca de entendimento da própria sociedade que vai emergindo naquele momento finissecular⁵.

A rua é alçada como signo da modernidade. Sua trajetória segue até os dias atuais em um sem número de autores, como, a título de exemplos, a veremos nas linhas de James Joyce, Fernand Léger, Vladimir Maiakovski, sucedâneos ao período referido. Vamos encontrar em autores como Mario Benedetti, na alquímica transmutação de suas lembranças de infância em romance, em *A Borra de Café* e em Stephen King em *It*, a vivência de rua tendo reconhecido o seu lugar privilegiado como o lugar de tessitura da amizade, do companheirismo, da cumplicidade, da aventura, do primeiro amor, mas também do risco, do imaginário do medo e da morte. E como uma possibilidade de ocupação sadia da rua, sem incorrer-se na solitária autorresponsabilização plena pela sua sobrevivência que leva crianças a precocidade de preocupações de adulto, muitas vezes sem teto, sob discriminação e expostas à violência física ou ao extermínio.

Nas letras nacionais, encontramos em *A alma encantadora das ruas* de João do Rio, uma verdadeira declaração de amor à rua, que é tratada como imanência: as ruas são entes vivos, as ruas pensam, têm ideias, filosofias e religião (Rio, 2008, p. 38). Contudo, ela é vista por vários ângulos, não apenas pela lente da positividade, como o mesmo autor define nas linhas abaixo.

Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue...(Rio, 2008, p. 34].

Do Rio declara que o amor da rua nos une, nivela e agremia. E atribui mais papéis a ela: i) (linguagem) transformadora das línguas – mata substantivos, transforma a significação dos termos, impõe aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é patrimônio clássico dos léxicos futuros (idem, p. 29), foi ela que fez a majestade dos rifões, dos brocardos; ii) (trabalho) é fruto do soluço, do espasmo, do suor humano –

⁵ Seja de fins do século XVIII no caso de Goethe ou do século XIX, em que Berman cita outros pensadores e escritores como Marx.



cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (id., p. 30); iii) (lugar) é abrigo dos miseráveis, dos *flaneurs*, do garoto – a rua é um fator da vida das cidades, tem alma, que em qualquer cidade, a rua é a agasalhadora da miséria (id., p. 29).

É interessante perceber que também aqui se produziu sobre a rua, e não de forma abstrata, mas partindo de realidades chãs do nosso cotidiano, apesar de pairar certa romantização ou condenação moral, as quais não cabem ao escrutínio da ciência. Apesar de alguns temas serem mais objetos de exploração pela arte do que pela ciência, este não é o caso da rua, como veremos.

4. O espaço da rua na cultura e no imaginário

A rua retratada pelas ciências sociais

Nunes (1998, p. 12) assevera que a vida nas cidades fundamenta-se sob o signo da mobilidade: migrações, mobilidades residenciais, deslocamentos diários decorrentes de especializações de espaços, etc. Ainda segundo ele, tais elementos servem de fatores para desestabilizações, estabelecimentos de certezas e de pertencas. Na cidade, de todos os espaços, a rua é o lugar de passagem por excelência, para circulação, fluidez em contraponto e complemento à casa, esta que é o locus do que é fixo, lugar de pertencimento, certezas e estabilidade.

Frehse reúne, como contraponto para sua reflexão sobre a rua, a produção das ciências sociais agrupada pelo critério das “associações interpretativas” que estas tecem entre si, quanto ao elo entre regras de convivência social entre pedestres e a rua, em quatro conjuntos. Um primeiro grupo aborda a rua como espaço de desigualdade social. Aqui se dá ênfase a situações de marginalidade ou exclusão e cita como autores Rosa Ferreira, Irene e Irma Rizzini e Marcel Bursztyn. Um segundo segmento situa a rua como espaço de criatividade, nas relações entre seus pesquisados entre si e com outros sujeitos, sendo os primeiros camelôs, engraxates, “malandros”, “mendigos”, prostitutas e moradores de rua. Nesta linha interpretativa a autora situa Roberto DaMatta, Simone M. Frangella, Heitor Frúgoli e Maria Filomeno Gregori e Marie Ghislaine Stoffels.



O terceiro agrupamento vai estabelecer uma relação de hesitação entre os padrões de coexistência social característicos da rua e da casa, ou, conforme o autor ou autora, da vida pública e privada. São autores associados a essas perspectivas Roberto DaMatta, Carlos N. F. dos Santos & Arno Vogel, José de Souza Martins, Heitor Frúgoli, José Guilherme C. Magnani. Por último, também foi estabelecida como uma leitura possível sobre o espaço rua inserindo-o no campo do conflito: tensões com o Estado, com o cerne em mecanismos de “institucionalização” (Frúgoli) e, posteriormente em processo de “gentrificação” (Rogério P. Leite) e conflitos relativamente tácitos com “movimentações urbanas” supostamente excludentes (Frangella). A vertente que enxerga a rua como o espaço de vínculos sociais de resistência.

Frehse (2013) sumariza cronologicamente as vertentes explicativas que emergem do olhar lançado pelas ciências sociais brasileiras sobre o espaço rua. Situa uma primeira produção até os anos 1970, citando Gilberto Freyre que, através de pesquisa documental apresenta uma rua das grandes cidades oitocentistas brasileiras numa perspectiva descritiva para abordar outros objetos. Nesse mesmo período há uma linha de estudos de marginalidade urbana. No apagar das luzes desse decênio, DaMatta rompe esse fluxo ao tratar ensaisticamente a rua em oposição a casa, trazendo influências da antropologia estruturalista francesa e de suas releituras feitas do outro lado do Canal da Mancha. DaMatta, ainda segundo a autora, a partir de adágios, provérbios, textos literários e relatos de viagens oitocentistas, pensa a rua como “domínio social”, que encerraria o “aspecto público, não controlado” do “mundo urbano”.

Essa preocupação com a dimensão representacional da rua, seu caráter de “categoria sociológica” que, ao lado da casa, poderia revelar “mecanismos sociológicos explícitos ou implícitos” da sociedade brasileira como “sistema” sincrônico (DaMatta, 1997a, p. 26), tem influído significativamente nas ciências sociais brasileiras. Às vezes, a concepção constitui parâmetro interpretativo – em etnografias de tipos urbanos como moradores de bairro, usuários de equipamentos urbanos (Magnani, 1998:2, 1998:61s, 2004:3; Santos & Vogel, 1985:50s), meninos nas ruas (Gregori, 2000:62, 233, nota 6). Mais recentemente, é também contraponto – em etnografias dos usos da rua por pedestres do presente (Leite, 2004; Frangella, 2009) e do passado (Frehse, 2005, 2011).(Frehse, 2013, p. 102).



Esses trabalhos a que a citação menciona por último, conforme Frehse, se vinculam a concepções teóricas de espaço que se afastam da leitura representacional apresentada por DaMatta, ao trabalharem com noções dialéticas, aproximando-se da perspectiva de Michel de Certeau sobre espaço e lugar – como os trabalhos de Leite, Frangella, Schuch – ou da imanência dialética de Henri Lefebvre acerca do espaço – como em estudos de Martins, Arantes e da própria Frehse⁶.

Uma terceira abordagem eclode em trabalhos etnográficos que abordam a “rua” sem dar-lhe uma conceituação, tomando-a por contexto, pano de fundo da agência dos pesquisados. Assim esta pode ser: o “espaço” de labor e/ou de moradia de crianças e adolescentes como em Rizzini & Rizzini; onde a “população de rua” mora e leva sua existência, como em Vieira et al.; onde coexistem ações sociais não institucionalizadas relativamente conflituosas, em Frúgoli; ser “local” dos “excluídos”, em Silva & Milito e em Bursztyn e alcança no máximo o estatuto de “territorialidade” como “espaço urbano ocupado” com Escorel⁷, sem que suas concepções teóricas sejam explicitadas.

Ferreira (2001, p. 29), partindo da perspectiva psicanalítica, pondera que a rua muitas vezes é pensada como uma “entidade” responsável pela situação enfrentada pelos meninos e meninas justamente ditos em *situação de rua*. A autora busca o caminho inverso, assim se aproximando da terceira abordagem citada por Frehse, procurando ver

⁶ Os primeiros trabalhos citados são: LEITE, Rogerio P. 2004. *Contra-usos da cidade*. Campinas/Aracaju: Editora da Unicamp/Editora-UFS.; FRANGELLA, Simone M. 2009. *Corpos urbanos errantes*. São Paulo: Annablume/ Fapesp; SCHUCH, Patrice. 2012. “A ‘situação de rua’ para além de determinismos: Explorações conceituais”. In: Aline E. Dornelles et al. *A rua em movimento*. Belo Horizonte: Didática. O segundo grupo trata-se de: MARTINS, José de Souza. 1992. *Subúrbio*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul; _____. 2008. *A sociabilidade do homem simples*. 2. ed. São Paulo: Contexto; ARANTES, Antonio A. 2000. *Paisagens paulistanas*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial; FREHSE, Fraya. 2005. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Edusp e; _____. 2013a. “Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo”. In: Carlos Fortuna & Rogerio P. Leite (eds.). *Diálogos urbanos*. Coimbra: Almedina.

⁷ RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. 1991. “Menores’ institucionalizados e meninos de rua: Os grandes temas de pesquisas na década de 80”. In: Ayrton Fausto & Ruben Cervini (orgs.). *O trabalho e a rua*. São Paulo: Cortez; VIEIRA, Maria Antonieta da C. et al. (orgs.). 1994. *População de rua*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ Prefeitura do Município de São Paulo; FRÚGOLI, Heitor. 1995. *São Paulo: Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero; SILVA, Hélio R. S. & MILITO, Cláudia. 1995. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; BURSZTYN, Marcel (org.). 2000. *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond e; ESCOREL, Sarah. 2000. “Vivendo de teimosos: Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In: Marcel Bursztyn (org.). *No meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond.



a rua como contexto de ações desses agentes, mesmo não escapando de em alguns momentos falar da rua como personagem. Particularmente, entendemos a rua como uma dimensão do urbano, conseqüentemente, assim sendo também a rua meio, contexto, mas que não apenas ambienta, como condiciona em cada tempo e lugar singular o comportamento dos agentes que ali se encontram, aproximando-nos especificamente de Frehse, e mais amplamente de uma Sociologia Urbana. Logo comungamos em parte com a perspectiva de Ferreira, assim como não conseguimos também deixar de ser tragados pelo magnetismo de tratar em algum momento esse espaço como ente, mas fazendo-o mais para efeito figurativo, por entendê-lo em alguns momentos como um dos fatores de fenômenos estudados aqui e também por esse espaço ser frequentemente tratado pelos pesquisados, criando assim uma narrativa da rua como imanência, que tomamos como representações do meio pesquisado e de parte da literatura especializada. A rua pode se tornar um condicionante como meio, cenário, mas não a tomamos como único fator ou agente do que ocorre com as CASR.

Dentro da linha que adotamos, muitos autores já apontam que este espaço joga papel na tessitura de relações sociais, da construção identitária, que porta valores e que nele e com ele se estabelecem vínculos. Pode se ver, ao se debruçar sobre as expressões que cercam a noção de rua, que estas a demarcam como uma noção semanticamente polivalente.

Abrindo mais o leque

Para além do que a literatura ficcional e acadêmica nos apresenta, muitas outras formas de expressão, práticas e atividades sociais trazem à reflexão uma rua que mais que espaço, é lugar, ou seja, um locus onde se desenvolvem laços, pertencas, identificações e afetividade. Frehse (2013, p. 101) vai falar da rua como um “espaço de personalidade moral” opondo-se assim à ideia de um espaço da impessoalidade, que passa a impressão de vazio moral. Estudos – e estes vêm a reforçar esse entendimento – apontam que a rua não se trata de um território sem regras ou exercício do poder. Nela os personagens que transitam e a habitam dividem espaço entre si, mendigos, ladrões, garotas de programa, policiais, comerciantes ambulantes e fixos e inclusive com os próprios transeuntes. Outros que vivem na rua ou obtêm seu sustento nela demarcam espaços que podem



defender ferozmente. Sabemos também que há uma dimensão da rua que é a da comunidade, onde se é conhecido e reconhecido; das relações de vizinhança; das amizades de infância, locus das brincadeiras infantis; da paróquia, da comunidade religiosa

E há a rua como apropriação política, lugar de luta, resistência. Juntamente com a praça, é o lugar das manifestações populares, das passeatas, das tribunas livres, coletas de abaixo-assinado, aulas públicas, acampamentos, de comícios e showmícios políticos, das expressões artísticas de contestação como teatro de rua, a pichação, a pichação política, o grafite, a dança de rua e colagens autorizadas ou feitas por sindicatos e movimentos sociais.

A rua é espaço elegido como locus da liberdade em oposição à coerção social estabelecida dentro da casa, da escola, dos espaços sociais que representam as instituições dominantes que buscam adequar as condutas. Abaixo apresentamos um testemunho de uma pessoa da rede de atendimento que fez essa apropriação da rua.

No meu caso eu fui pra rua por uma escolha ideológica. Eu entrei em um movimento, que na época existia um movimento chamado Movimento Punk. Eu tinha doze anos, já usava algumas drogas na comunidade e me influenciei por um grupo, me identifiquei, principalmente musicalmente, porque era rock e fui entendendo ideologicamente que eles lutavam contra um sistema, eram anarquistas. E aí eu fui pra rua pra quebrar com o sistema. Saí desse contexto familiar, de aquelas promessas, expectativas que a família colocava em mim. Estudar, trabalhar, eu não queria nada disso, virei anarquista e fui pra rua. Então não é assim, não é essa moradia de rua que você vê aí. Mas enfim, fui ter uma militância na rua com o Movimento Punk, com um grupo de punks.

Esse aspecto político de apropriação da rua vai aparecer também dentro da rede como justificativa do direito de ocupar a rua, do direito de ir e vir, contra a vertente higienista de se querer retirar a presença de sujeitos considerados indesejáveis por sua conduta e por incitar sensação de insegurança por sua simples visão no espaço público, seja para não incomodar clientes, turistas ou os próprios donos de estabelecimentos. Sobre isso uma vez, anos atrás, um coordenador do serviço de abordagem de rua municipal de Fortaleza se pronunciou nessa linha como se segue abaixo, fazendo diferenciação desse serviço, o Ponte de Encontro, em relação ao programa correlato que era do Governo do



Estado, o então Criança Fora da Rua Dentro da Escola, cujo nome em si já traz tal oposição social entre esses espaços (escola X rua) nessas disputas simbólicas. A entrevista foi cedida para nós em meados dos anos 2000.

Nós temos duas políticas [...] a do Estado e a do Município pra área de abordagem de rua. E uma coisa que a gente tem sempre colocado é que são abordagens diferentes. A nossa política não é tirar a criança e o adolescente da rua. Não é como a política do “Fora da Rua”, do Programa Fora... [...] Porque é assim: a rua também é um direito da criança... [...] A ideia é: nós não vamos facilitar a vida da criança, adolescente na rua pra que ele permaneça mais, mas oportunizar espaços... Então, assim, a rua é um espaço e a criança e o adolescente, eles também têm o direito de estar lá.”(então dirigente da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI – Prefeitura de Fortaleza)

A essa concepção outras instituições da rede se opõem frontalmente, como é o caso da Associação O Pequeno Nazareno, também da rede alencarina e um dos focos do aprofundamento do nosso estudo. Mas outras organizações com sua origem dada no campo da Igreja Católica encampam essa significação política, não necessariamente de reconhecer a rua como espaço legítimo a ser apropriado, mas ao associar a situação de nela estar a demandas de luta social derivadas de estar nessa situação, como aparece na designação do grupo paulista Comunidade dos Sofredores da Rua (Vieira; Bezerra; Rosa, 1994, p. 28), que deixa claro que estar na rua não é necessariamente positivo e enfatiza um negativo que demanda.

Para Frehse (2013, p. 99) estar regularmente na rua, não como transeunte, mas como quem está mais ou menos intensamente envolvido com este espaço, seja pelo trabalho ou pelo “ócio”, como, entre muitos tipos, os meninos e meninas em *situação de rua*, é estar ali em meio às intensas pressões físicas e sociais da passagem física regular de outros pedestres, sem falar de veículos e mercadorias. Acrescente-se aí as intempéries, ecológicas da natureza e do urbano, o sol, o frio, a chuva, o mormaço e a fuligem, a fumaça, o barulho. A rua pode apresentar perigos, representar risco, como ocorre, de certa maneira para o olhar da Assistência Social, tornando-se a “sarjeta”, “a rua da amargura”. Daí tornar-se castigo, lugar de exílio, desterro, como esta citação denota: [a rua] exprime despedida violenta e grosseira: “fora daqui!”, “saia!”, “suma-se!”.



O sentido expresso acima está presente também na conhecida expressão “vá para o olho da rua”, bastante lembrada na literatura sobre o assunto (DaMatta, 1991; Ferreira, 2001). DaMatta defende que há uma ligação dramática da casa com a rua no imaginário do brasileiro, expressa abundantemente em expressões como a citada e a “já para a rua”, que certamente inspiram sentidos registrados pelos dicionários e que para ele denotam o rompimento drástico com um grupo social, no caso, em geral, a família, no debate representada pela casa como o oposto binário da rua.

Antes de DaMatta, Gilberto Freyre (1981, p. 34) chegou a declarar que a rua e a casa (o sobrado, no caso) são inimigos. Há ainda a expressão “pôr na rua” com o significado de despedir e intimar alguém a sair da casa onde está ou mora, mas também dar liberdade, soltar. Como se vê, a rua é um universo dicotômico em representações, tendo positividade e negatividade. DaMatta reforça a ideia da rua como um lugar perigoso. Nela estamos expostos, como se vê na explicação da expressão sair à rua, que significa aparecer aos olhos de todos. Conforme essa linha de interpretação, na rua somos indivíduos, dissolvidos na impessoalidade, sem identidade. Traços estes reforçados com o advento da sociedade capitalista, que mesmo não eliminando de todo as outras formas de sociabilidade que lhe são divergentes, vai imprimir como hegemônicos os valores da privacidade e intimidade à casa e de uma vida pública (também identificável com o mundo da rua) racional, higienizada, funcional e produtiva, orientada por uma concepção utilitária do tempo, pelo interesse pelo lucro e pela frieza do cálculo contábil. E se estes valores não se entranham em todos os sujeitos que estão na rua, em especial naqueles que estão à margem desses mecanismos, como o malandro, o mendigo e o menino que se encontra também na rua, entranham-se naqueles que estão lá de passagem entre o trabalho e a casa, entre o lar e a igreja. Estes novos paradigmas vão se contrapor ao ócio e à rua como seu locus privilegiado. A rua vai ser posta em oposição à fábrica, esta, como local de se fazer valer o tempo, como assinala E. P. Thompson (2005), instituição que vai servir de modelo para outras, e, evidentemente, a rua vai também figurar em oposição ao lar, este representado como o lugar para repouso do trabalhador e abrigo dos “bons” valores, os da “família” e de “pessoas de bem”. Sobre esta questão DaMatta afirma que:



[...] a rua é local de indesejável individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado tantas vezes citado em situações nas quais não se podem mais observar as normas da casa e da família. Contextos, repito, nos quais, não se pode mais utilizar como moldura moral a vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores. Mas falar que ‘cada um está por si’ equivale a abrir mão de um controle social rígido que de certo modo garante a pacificação dos ânimos e provê a ordem das coisas.”

(DaMatta, 1991, p. 61)

A citação acima fala de uma individualização, que entendemos como socialização diferente, como condutas outras, indesejáveis, desviantes, devido também ao anonimato da massificação, de se evanescer na multidão, lugar de luta porque a rua é o lugar da sobrevivência. Daí se fazer valer outras estratégias como a “malandragem”, onde é cada um por si, não valendo as normas da casa. Não vale na rua a moldura moral da casa, logo a primeira é locus de outros valores, não é espaço sem lei. A rua não tem a hierarquização presente no lar, que protege a ordem estabelecida das coisas, que pacifica os ânimos, desta, mais uma vez a rua converte-se em espaço de luta, da transgressão, da possibilidade da violência aberta, direta, franca, crua, contra a moral do lar, contra a moral também da fábrica, do colégio e da igreja, contra o patrimônio, contra os papéis estabelecidos. A rua é o lugar do comércio, das relações fora do lar, fora da família, fora do matrimônio, fora do olhar dos pais, lugar do malandro, do criminoso, do boêmio, do manifestante, do vândalo, dos moleques, do libertino, do carnaval, lugar de arruaceiros. A rua é o espaço por excelência do profano. João do Rio disse uma vez “o crime, o delírio, a miséria não os denuncia ela” (Rio, 2008, p. 29).

Se a saída para a rua representa um rompimento com a família (como em ir para o olho da rua) dá-se a ruptura também com um tipo de controle social por esta exercido, como DaMatta mesmo fala, partindo de uma escala de valores específicos. Esses valores são os dominantes na sociedade, que constituem a moral corrente, e que cristalizam modelos como o arranjo familiar matrimonial nuclear higienista e que se apoiam nos saberes especializados, na técnica e ciência moderna. Trata-se da família na sua função de agência de reprodução social. Contudo se a família da criança ou adolescente em questão, em geral pertencente a classes pauperizadas, não realiza a reprodução dos valores dominantes e permite mesmo o desenvolvimento de condutas desviantes, outras agências



socializadoras da sociedade vão identificar esse segmento na rua como *outsiders* (Becker, 2008), tanto por ocupar a rua quanto pela socialização recebida em casa. E estas mesmas agências, tais como a escola, organizações religiosas, assistenciais e outros órgãos do Estado, concorrerão a conter, socializar e estabelecer controle sobre esses indivíduos seja medicalizando, “ressocializando”, evangelizando e, no caso dos grupos de extermínio, eliminando-os.

Cabe ainda, traçar uma definição para nós importante: sobre a relação com o espaço tecida pelos meninos que ocupam as ruas e que circulam por diferentes casas e instituições, sobre como elaboram uma espacialidade especial e o que caracteriza esta.

As crianças e adolescentes em situação de rua mais do que poderem estar inseridas no movimento de circulação de crianças, rompem essa lógica de cuidado compartilhado por diferentes motivações e “ganham” a cidade, ocupam as ruas, seja por períodos curtos, por apenas parte do dia ou como morada. Nesse percurso cruzam com serviços de abordagem de rua, ONGs e cidadãos caridosos que oferecem sopa, fazem doações, buscam prestar algum auxílio, assim como se deparam com todos os transeuntes e outros sujeitos que se apropriam da rua de várias maneiras. Assim criam uma nova relação com o espaço, uma espacialidade fluída, uma socioespacialidade líquida⁸, no sentido de que tornam espaço de fixação um espaço de passagem, de circulação. Mas esta fixação que estabelecem é sempre tensa, provisória, instável, e transitória, mas recorrente, e por tudo isso incerta, em termos de temporalidade, enquanto duração, administração do tempo, construção de rotinas e estabelecimento de qualquer coisa contínua, regular, estável, segura. Assim pode ocorrer com as parcerias estabelecidas, com a sua segurança, com a possibilidade de tecer previsibilidade, diferente de quando se está numa instituição ou numa casa, neste caso, estando estes elementos a variar conforme a precariedade do grupo familiar.

Na rua o corpo vira porta volumes, um corpo armário e se precisa encontrar lugares para se guardar, esconder suas coisas, como a parte de cima de abrigos de paradas de ônibus, moitas, terrenos baldios, mas sempre se pode ter seus pertences roubados,

⁸ O termo que utilizamos aqui não é debitário das reflexões de Zygmunt Bauman, apesar da clara semelhança. Trazemos a adjetivação “líquida” apenas por considerar que ilustra bem a construção que tecemos aqui.



desses pontos ou do próprio corpo. A rotina muda conforme se muda de lugar na rua, mudança motivada por ameaça por policiais, grupos de extermínio, disputa territorial com outros moradores, etc. E muda conforme os novos vizinhos, as regras que já vigoram no novo lugar, as autoridades constituídas e disputas das quais nem sempre se pode evitar de nelas ser enredado. Tudo é frágil, tudo é movimento, tudo é fluxo, tudo é móvel.

Essa movimentação pela cidade, alternando o ponto de fixação dos meninos nos vinha sendo relatado ou encontrado na literatura há anos, no que tange à Fortaleza. Algo comum era CASR dessa urbe fazerem amizade com motoristas de ônibus e por esse meio circularem na cidade, irem à praia... Em Porto Alegre, Cassal (2014) relata como meninos e meninas com vivência de rua se alternavam entre sua comunidade de origem, o quilombo do Areal da Baronesa até outro bairro onde tinha um “laguinho”. Isto inclusive marca o título desse trabalho.

À guisa de dar uma conclusão a reflexão sobre a rua, vamos evocar Georg Simmel, sociólogo de primeira geração cada vez mais próximo de ser alçado a categoria de um clássico fundante da Sociologia. Em seu ensaio *A Ponte e a Porta*, afirma que somente ao ser humano é dada a possibilidade de associar e dissociar, de separar o que fisicamente é uno e unir novamente o que separamos ao destacarmos as coisas e espaços de sua condição natural. O faríamos o tempo todo e em tudo. E diz mais:

[...] A construção de estradas é de certa maneira uma prestação especificamente humana; o animal também não deixa de superar distâncias, e sempre do modo mais hábil e mais complexo, mas ele não faz ligação entre o começo e o fim do percurso, ele não opera o milagre do caminho: a saber, coagular o movimento por uma estrutura sólida, que parta dele. (Simmel, 1996, p. 11)

Conforme Simmel, a estrada, e podemos estender isto à rua cidadina, atende a uma necessidade humana, *a de juntar espaços e fazer associações*, por assim dizer, expressa uma externalização de nossa relação com o espaço como meio de relação entre nós e o mundo físico e o efeito de nossas ações nele.

Simmel prossegue afirmando que a porta *cria por assim dizer uma junção entre o espaço do homem e tudo o que se encontra fora dele, abole a separação entre o interior e o exterior* (Simmel, 1996, p. 12). Pois ela, diferente da parede, abre e fecha, e ao ser fechada promove um sentido de fechamento, de um isolamento mais significativo ante



todo espaço exterior à casa, símbolo da interioridade humana expressa no espaço na escala do indivíduo e seu círculo íntimo, o privado. Enquanto a parede é muda, a porta fala. Simmel prossegue afirmando que

[...] para o homem é essencial, ao mais profundo dar-se limites, mas livremente, quer dizer de maneira que possa vir a suprimir tais limites e se colocar fora deles.

O finito onde estamos todos situados de certo modo está ligado ao infinito do ser físico e metafísico. A porta se torna então a imagem do ponto fronteiro onde o homem, em permanência, se mantém ou pode se manter. A unidade interrompida à qual ligamos um pedaço determinado por nós do espaço infinito, nos liga por sua vez a este último: nela o limite se aproxima do ilimitado, não através da geometria morta de um fechamento estritamente isolante, mas através da possibilidade de uma troca durável [...]. (Simmel, 1996, p. 12)

Conforme lemos acima, nós seríamos impelidos a limitar o mais profundo, que seria o o nosso se relacionar com o mundo que se expressa aqui como interagir com um espaço infinito, agora dividido e separado, contido como exterioridade a partir da porta. Mas isto seria somente uma limitação para conter e ser superada, suprimida sempre que necessário. A porta é essa fronteira, zona liminar que limita e provoca essa vontade de conter e ultrapassar os limites, como uma atávica, ancestral, necessidade de retomar o espaço físico, natural como ele o é, indivisivo em origem e realidade e como desafio a um desejo interior de tomá-lo novamente e novamente com nossos passos, como nômades que todos já fomos um dia. Simmel diz ainda que *a porta é feita de modo que por ela a vida se expande além dos limites do ser-para-si isolado, até na limitação de todas as orientações*. Diz mais, assevera que

o homem é de tal maneira um ser-fronteira, que não tem fronteira. O fechamento da sua vida doméstica por meio da porta significa que ele destaca um pedaço da unidade ininterrupta do ser natural. Mas assim como a limitação informe toma figura, o nosso estado limitado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar a liberdade. (Simmel, 1996, p. 14)

Simmel entende que nós nos tornamos esse ser liminar, mas não temos esse limite, senão quando e porque nos impomos. Criamos o espaço doméstico como locus de



acolhimento de nossa interioridade manifesta como intimidade do mundo doméstico, privado, em oposição e como reserva a uma vida pública que é macroscopicamente uma outra escala de manifestação dessa nossa mesma vida. Esse espaço íntimo demarcado pela porta, o mundo da casa, o criamos juntos como elemento relacional, necessário para a constituição desse outro locus coletivo, o da rua. E a simples possibilidade criada por essa clivagem em dois de poder se romper o asilamento de um para abraçar a imensidão do outro constitui-se como ato de busca, de liberdade. Todavia, não constituímos ainda do lado de fora da porta um lugar seguro para se exercer plenamente tal liberdade, principalmente se nos referimos aqui a crianças e adolescentes.

Conclusão

Consideramos que a reflexão que Simmel nos traz, permite pensar que crianças e adolescentes em *situação de rua*, ao constituírem um tipo específico de relação socioespacial com a rua, nos desafiam a encarar possibilidades e um elemento volitivo que excede esse exercício que eles fazem. Nos desafiam a examinar que a rua, mesmo sendo via de circulação de tantos riscos e perigos, tende a nos confrontar com seu convite a não tomarmos o autoenclausuramento nem físico-espacial nem em termos de concepções sobre nossas dinâmicas sociais como resolução final ou satisfatória frente ao que engendramos que nos leve a tal intimidação.

A socioespacialidade líquida de crianças e adolescentes em *situação de rua* pode ser apenas uma faceta dentre outras tantas existentes e ou possíveis de se estabelecer com o espaço público, como parte mesmo de um movimento latente de não nos conformarmos com restrições, sejam da ordem do material ou do simbólico. Isso pode ser alentador num mundo em que assistimos à ascensão de fenômenos como medievalismo arquitetônico, arquitetura da exclusão, ações higienistas e segregacionistas como o descaso com o transporte público, principalmente isolando determinadas áreas e evitando-se a livre circulação e encontro entre grupos de diferentes estratos sociais.

Referências



- ABREU, D. **No bico da cegonha**: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política, 2002.
- ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- Associação Beneficente O Pequeno Nazareno; Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. **Projeto Conhecer para Cuidar** – Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em Acolhimento Institucional como medida protetiva à situação de rua. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2017.
- BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Conjunta CNAS e CONANDA n.º 01 de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, 2016. Extraído de: <https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_58730ff2254a4f0894f0793dca25436b.pdf>. Acesso: 09 mai 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 11. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, FENAME, 1976. 1264 p.
- CASSAL, P. M. . **Brincando de sair pra rua!**: entre arreganhos, implicâncias e cuidados no pátio do quilombo, na piscina do laguinho. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- DAMATTA, R. . **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994, v I.
- FERREIRA, A. B. H., **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. rev. e ampliada, 1986.
- FERREIRA, T. . **Os meninos e a rua**: uma interpretação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.
- FONSECA, C. **Caminhos da Adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREHSE, F.. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico**, v. 38, p. 99-129, 2013.



FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** São Paulo: Global, 1981.

LALLEMAND, S. . **La circulation des enfants en société traditionnelle. Prêt, don, échange.** Paris: Editions Harmattan, 1993.

NUNES, B. F. . À guisa de apresentação: a permanente atualidade da sociologia urbana. In: **Sociedade e Estado.** Brasília: UnB, Vol. 13, n 1, 1998.

PRIORE, M. Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ . (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7ª edição, São Paulo: Contexto, 2015.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: crônicas.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. 253 p.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil.** São Paulo: Loyola. Rio de Janeiro: PUC-RIO/ CIESPI; Brasília: UNICEF, 2004.

SENNETT, R.. *O Declínio do espaço público – as tiranias da intimidade.* São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, R. A. O. **A adoção de crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais.** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/21.pdf>. Acesso em 7 de jan. 2013.

SILVA, R. S. **Abrigos juvenis: proteção e controle social em situação de risco.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. **Vou pra rua e bebo a tempestade: representações de educadores de rua de Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, R. S. **Associação O Pequeno Nazareno: um bordado na trama do Sistema de Garantia de Direitos alencarino.** 2023. 209 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. In: **Revista Política & Trabalho.** n. 12. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, 1996. p.1.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 1994.

Recebido em: 15/10/2024

Aceito em: 23/11/2024